

O protagonismo das mulheres na Revolução Russa: dos antecedentes ao legado*

The role of women in the Russian Revolution: from antecedents to legacy

Paula Sirelli e Suenya Santos**

Resumo

A pauta feminista continua sendo atual numa conjuntura em que as mulheres permanecem como alvo privilegiado de exploração, opressões, violações e homicídios. Contudo, na atualidade, os movimentos feministas apresentam uma pulverização política que nem sempre recruta a juventude feminista para as fronteiras revolucionárias no enfrentamento ao sistema capitalista em sua totalidade. No bojo da multiplicidade de correntes políticas feministas, corre-se o risco de perder a herança do feminismo classista. Passados 100 anos da Revolução Russa, destacamos o protagonismo das mulheres numa sociedade assentada numa economia rural, com fortes traços patriarcais. Intenciona-se colaborar com uma práxis política na contemporaneidade que retome a emancipação humana como um dever.

Palavras-chave: mulheres; Revolução Russa; feminismos.

Abstract

The feminist agenda continues to be up-to-date in a context in which women remain the privileged target of exploitation, oppression, rape and homicide. Today, however, feminist movements present a political sprawl that does not always recruits the feminist youth to the revolutionary frontiers in confronting the capitalist system in its totality. In the midst of the multiplicity of feminist political currents, the movement runs the risk of losing the heritage of class feminism. After 100 years of the Russian Revolution, we stress the role of women in a society based on a rural economy, with strong patriarchal traits. We intend to collaborate with a political praxis in contemporary times that breaks with barbarism and retakes human emancipation as a becoming.

Keywords: women; Russian Revolution; feminisms.

* Este ensaio é fruto da nossa participação na disciplina sobre a Revolução Russa, oferecida pelo professor Wanderson Fabio de Melo no curso de Serviço Social da UFF, campus de Rio das Ostras. Não foi tarefa fácil encontrar registros fotográficos de mulheres nessa participação, menos ainda formulações realizadas pelas próprias protagonistas desse processo revolucionário, o que denota os desafios no próprio campo da esquerda para o reconhecimento da importância da participação política das mulheres e da sua participação na produção de conhecimentos. Nesse sentido, chega em boa hora a publicação de Schneider (org.) (2017).

** Docentes do departamento interdisciplinar de Rio das Ostras da UFF, curso de Serviço Social. Contatos: paulamsirelli@gmail.com e suenyasantos@id.uff.br.

Introdução

A sociabilidade contemporânea ingressa no século XXI envolta pela barbarrização da vida social, resultado das respostas do capital às suas próprias crises. Se por um lado tem havido um recrudescimento das expressões da questão social mediante as mudanças no mundo do trabalho que, grosso modo, reestruturam a produção, (des)territorializando-a em nível global e diminuindo os custos com a força de trabalho; por outro, o Estado, assumindo um papel de gestor das crises, segue orientações de organismos financeiros internacionais com suas pautas de (des)ajustes promovendo contrarreformas que incidem sobre os direitos conquistados pela classe trabalhadora. Os desafios para a superação dessa sociabilidade avolumam-se, pois desde o último quarto do século passado houve um enfraquecimento das forças de oposição ao capital, com o crescimento do desemprego, da dessindicalização e a ampliação da fragmentação das organizações políticas da classe trabalhadora. Nesse cenário, estas não conseguiram reunir força social e política suficientes para obstaculizar a disseminação da ideologia do fim da história e, portanto, da suposta vitória incontestada do capital, sobretudo após o esgotamento das experiências socialistas da Alemanha Oriental e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Apesar da história de luta dos movimentos feministas e de suas conquistas no campo jurídico, as múltiplas formas de violência contra mulheres constituem-se, na atualidade, como expressões emblemáticas da barbárie. Com efeito, no cotidiano, na esfera privada, convive-se com a reprodução das violências física, psicológica, patrimonial, sexual, resultando em muitas situações no fenômeno do feminicídio. Na esfera pública, de forma geral, apesar de alguns avanços no campo da criminalização da violência contra a mulher, as políticas públicas não enfrentam de forma contundente a estrutura que produz e reproduz as desiguais relações sociais de sexo¹. Dessa forma, a ausência de isonomia salarial e de autonomia financeira das mulheres, a educação sexista, a objetificação do corpo das mulheres pelo mercado, com forte apelo midiático, as longas jornadas de trabalho, a insuficiência de creches públicas, dentre outros elementos de ordem econômica, social, política e cultural, tornam-se ingredientes poderosos para engrossar o caldeirão da violência contra mulheres, naturalizando e silenciando esse fenômeno.

Na perspectiva de contribuir para a construção de brechas históricas que busquem superar não apenas a atual conjuntura, mas a estrutura de relações sociais capitalistas que renovam as diversas opressões – e dentre elas as opressões

¹ Segundo Cisne (2014), o conceito “relações sociais de sexo” foi forjado no campo teórico do marxismo. Em seus termos: “Acreditamos que a adoção do conceito feminista francófono de ‘relações sociais de sexo’ corresponde mais diretamente à perspectiva teórico-política que buscamos empreender neste livro: a marxista” (p. 51).

contra as mulheres –, dedicamo-nos, nessas linhas reflexivas, a resgatar o legado da Revolução Russa, passados seus 100 anos. O protagonismo e as conquistas das mulheres recém-saídas do czarismo no sentido da construção da emancipação humana, a qual não se dá sem a emancipação das mulheres, deixaram um acúmulo histórico que necessita ser (re)descoberto e (re)visitado, para nutrir os movimentos feministas de conteúdos classistas e as organizações políticas da classe trabalhadora das pautas feministas.

Não obstante, no sentido de darmos relevo a tal protagonismo e seu legado, traremos à tona os antecedentes históricos que nos permitem compreender a constituição do poder patriarcal – que nem sempre foi dominante – e sua herança.

Antecedentes históricos: os fundamentos do patriarcado e sua relação com as classes sociais

Originalmente, o debate sobre a opressão contra as mulheres na sociabilidade do capital aparece no âmbito socialista, no século XIX, por meio de estudos sobre a história da família. Segundo Engels (1981), tal temática, até o início da década de 1860, não era objeto de investigação científica, permanecendo relegada às explicações de cunho religioso, que naturalizavam o papel subalterno das mulheres nas relações sociais. Nesse sentido, foi revolucionária a descoberta de que a constituição da formação da família era determinada historicamente, assim como do Estado Moderno.

Friedrich Engels dedicou-se a revisar criticamente os estudos formulados nesse contexto, tendo como resultado a publicação de sua obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* em 1884. Desde então, para a compreensão sobre as origens do patriarcado e, portanto, da opressão sobre as mulheres e sua permanência no capitalismo, a leitura de tal obra torna-se inescapável. Em sua pesquisa, Engels recupera e estabelece diálogos com Bachofen, McLennan e Morgan, dentre outros autores, num esforço de compreender a formação da família. Sob pena de reduzir e simplificar em demasiado a contribuição desses autores nas formulações de Engels, registramos que destacaremos apenas alguns dos argumentos essenciais que possibilitaram a Engels uma aproximação com a temática a partir de uma outra perspectiva teórico-metodológica, a materialista dialética.

Em 1861, Bachofen publicou *Direito Materno*, em que argumentava que, até a Grécia Antiga, o direito materno e a promiscuidade sexual haviam prevalecido, e, por motivações religiosas, teria havido uma transição para o direito paterno, garantido pela monogamia. Em 1865, McLennan afirmava que nas sociedades primitivas havia a cultura do infanticídio no caso do nascimento de crianças do sexo feminino, gerando a poliandria, isto é, o convívio de vários homens com uma mulher. Dessa forma, reforçava-se a tese do direito materno,

tendo em vista que não era possível reconhecer a paternidade, apenas a maternidade. Posteriormente surgem os estudos de Morgan, que publica, em 1877, *A Sociedade Antiga*. Após 40 anos de estudos sobre tribos, Morgan constatou que, nas sociedades primitivas, os casamentos davam-se por grupos respeitando a *gens* do direito materno, e nos povos da antiguidade passa a prevalecer a *gens* do direito paterno. A partir de então, os estudos sobre a pré-história são revolucionados, incorporando a classificação inicial indicada por Morgan, que abre a brecha para a compreensão sobre a relação entre os sistemas de parentesco, e sua superação pelas formas de família, com a produção humana em relação à natureza, sendo elas: estado selvagem, barbárie e civilização. O reconhecimento da genialidade de Morgan foi registrado na seguinte passagem: “O descobrimento da primitiva *gens* de direito materno, como etapa anterior à *gens* de direito paterno dos povos civilizados, tem, para a história primitiva, a mesma importância que a teoria da evolução de Darwin para a biologia e a teoria da mais-valia, enunciada por Marx, para a economia política” (Engels, 1981, p. 17).

Das contribuições dos autores supracitados, dentre outros, Engels reteve fundamentalmente que, para além das especulações sobre a promiscuidade sexual generalizada para todas as tribos – tendo em vista que não fora comprovado em todas as sociedades primitivas –, o mais importante era a compreensão da formação da família em sua processualidade histórica em relação às determinações materiais de produção e de existência. Essa foi a chave fundamental que permitiu desconstruir a falsa ideia de que o poder do homem sempre prevaleceu e, por consequência, a mulher sempre foi submissa e mesmo escrava do homem, aprisionada pela família monogâmica. Dessa forma, afirmou:

Uma das ideias mais absurdas que nos transmitiu a filosofia do século XVIII é a de que na origem da sociedade a mulher foi escrava do homem. Entre todos os selvagens e em todas as tribos que se encontram nas fases inferior, média e até (em parte) superior da barbárie, a mulher não só é livre como, também, muito considerada (*ibidem*, pp. 50-51).

Em outros termos, para superar a naturalização da opressão das mulheres e, portanto, do patriarcado, faz-se necessário compreender o que passa a justificar historicamente o domínio econômico, político, social e cultural (com forte peso religioso) dos homens. Com efeito, a chave para a compreensão da apropriação da herança patriarcal pelas relações sociais capitalistas encontra-se na observação de que foi a partir da produção de excedentes – quando se desenvolve a arte do tecido, da fundição de metais, da criação de gado, da produção agrícola – que se demarca uma alteração substantiva na organização familiar. Destarte, a acumulação de riqueza – bens materiais, móveis e imóveis, dinheiro – por famílias, grupos, comunidades, incidiu sobre a passagem da herança do pai para o filho,

conformando o direito hereditário paterno, pondo fim, conseqüentemente, ao direito hereditário materno.

A partir, então, da Grécia Antiga, a família passa a ser propriedade do homem, instituindo-se a família patriarcal monogâmica para a preservação do direito de herança. Desde então, a família individual como unidade produtiva preocupa-se fundamentalmente com a herança patriarcal. Nesse contexto, a mulher foi reduzida à serva da família, da casa, sendo-lhe reservado seu papel “natural” de procriadora. Com efeito, ela ficou aprisionada a laços de matrimônio cada vez mais rígidos, enquanto a infidelidade masculina era tolerada socialmente. Não por acaso, Engels afirmava que a monogamia foi acompanhada inevitavelmente pelo adultério e pela prostituição.

Ainda nesta obra clássica de Engels, encontramos um registro relevante sobre a relação entre a monogamia e as novas conformações das classes sociais. Nesse sentido, para entendermos o tempo presente, faz-se necessária a compreensão sobre as origens do patriarcado, mas igualmente sobre os efeitos particulares do domínio das relações patriarcais a partir do momento em que as relações sociais capitalistas tornaram-se hegemônicas. Mesmo sob pena de nos alongarmos na citação, consideramos esse registro ilustrativo desse processo:

Essa foi a origem da monogamia, tal como pudemos observá-la no povo mais culto e desenvolvido da antiguidade. De modo algum foi fruto do amor sexual individual, com o qual nada tinha em comum, já que os casamentos, antes como agora, permaneceram casamentos de conveniência. Foi a primeira forma de família que não se baseava em condições naturais, mas econômicas, e concretamente no triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva, originada espontaneamente. Os gregos proclamavam abertamente que os únicos objetivos da monogamia eram a preponderância do homem na família e a procriação de filhos que só pudessem ser seus para herdar dele...

A monogamia não aparece na história, portanto, absolutamente, como uma reconciliação entre o homem e a mulher e, menos ainda, como a forma mais elevada de matrimônio. Pelo contrário, ela surge sob a forma de escravização de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então, na pré-história. Num velho manuscrito inédito, redigido em 1846 por Marx e por mim (*A Ideologia Alemã*), encontro a seguinte frase: “A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos”. Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a pri-

meira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. A monogamia foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam às custas da dor e da repressão de outros. É a forma celular da sociedade civilizada, na qual já podemos estudar a natureza das contradições e dos antagonismos que atingem seu pleno desenvolvimento nessa sociedade (*ibidem*, pp. 70-71).

Em síntese, o peso secular do patriarcado, como o resultado de uma dominação que reúne múltiplas dimensões, desde a econômica à cultural, foi devidamente apropriado pelas relações sociais capitalistas. Aqui damos destaque ao processo de transição para a grande indústria, em que o trabalho das mulheres pobres foi devidamente incorporado no processo produtivo, recebendo salários menores. Ainda assim, não foram liberadas dos serviços domésticos. Ao contrário, o trabalho das mulheres pobres foi intensificado, sendo exigido delas a permanência nos cuidados com as crianças, idosos, entes doentes, tarefas domésticas, tendo que conciliar as atividades “privativas” das mulheres no mundo privado com o ingresso no mercado de trabalho sob longas jornadas. Com efeito, instalou-se uma contradição, pois o fato das mulheres da classe trabalhadora serem convocadas à cena pública do mercado de trabalho não fez com que rompessem com as amarras do modelo da família patriarcal monogâmica. Ou seja, a possibilidade histórica de uma certa autonomia financeira não se mostrou suficiente para a sua emancipação, tendo em vista que os serviços domésticos não foram partilhados com os homens. Na direção oposta, o que passa a ocorrer é uma sobrecarga do trabalho das mulheres que favorece a acumulação de riqueza pela burguesia, que não remunera esse trabalho essencial, mas invisível, para a reprodução da força de trabalho em seu conjunto.

No contexto de uma inflexão histórica, em que a sociedade russa transitava do poder absolutista czarista – com aporte do Cristianismo ortodoxo, assentado numa economia ainda rural, com industrialização incipiente – para um Estado Socialista que dirigiria o processo contundente de industrialização, as mulheres ousaram enfrentar o poder patriarcal. Nesse bojo, as conquistas alcançadas pelas mulheres russas no processo revolucionário, que se inicia em 1905 e se concretiza a partir de 1917, expressam um acúmulo histórico imprescindível para pensar o tempo presente. Vejamos como se operou essa processualidade que enfrenta a herança patriarcal naturalizada no regime czarista.

A Revolução Russa e o protagonismo das mulheres

Diferentes autores e diversas perspectivas sobre a emancipação feminina vão perpassar as ideias e práticas da Revolução de Outubro, materializando-se em políticas oferecidas pelo Estado no que diz respeito à inserção da mulher no novo regime que se instaura.

Para entendermos o significado das mudanças e mensurarmos seus impactos, faz-se importante situarmos como era a vida das mulheres na Rússia czarista: 88% não sabiam ler, nem escrever; em algumas regiões os homens podiam sentenciar a morte de esposas e filhas. A inserção na vida política era inexistente, uma vez que as mulheres não podiam votar e nem participar de qualquer organização política (Buonicore, 2007). O casamento era apenas religioso, sendo o divórcio (quase inalcançável) um ritual vexatório. Pela Constituição Czarista, a mulher deveria seguir o marido e não tinha *status* de cidadã – em muitos casos, vivia em condições similares à de uma escrava (Senna, 2016). Era nítida a subordinação material e simbólica da mulher ao homem, uma marca evidente da sociedade patriarcal e cristã. Barquero (2017), ao falar das mulheres que conseguiam se inserir no sistema produtivo, relata que eram submetidas a longas jornadas nos ateliês e nas fábricas, sob duríssimas condições, sendo muito mal remuneradas. Para a mulher camponesa, essa realidade era ainda mais dura – além do trabalho exaustivo no campo, a submissão ao marido era ainda mais radical, sendo submetida a constantes castigos físicos.

Com a I Guerra Mundial, houve uma piora nas condições de vida já deploráveis, com escassez de alimentos e a necessidade de inserção maciça no mercado de trabalho: em 1917, 72% da força de trabalho no setor agrícola era composta por mulheres e, na indústria, correspondiam a 50%. Diante deste cenário de privações, as mulheres não se calaram.

Às jornadas de 10 a 12 horas nas fábricas se somava o fato de que não tinham nada para alimentar seus filhos, vendo morrer a muito deles sem, sequer, chegar ao seu primeiro ano de idade. Por isso, elas foram as primeiras a exigir o fim da guerra e o pão para seus filhos (Lemus, 2017, s/ p.).

As necessidades de “pão” e “paz”, nesse contexto da I Guerra Mundial e do processo revolucionário na Rússia, foram bandeiras de luta incorporadas pelos bolcheviques e que guiaram parte do programa revolucionário: Paz, Pão e Terra. Foi a vivência da exploração e da escassez cotidiana que levou o segmento de classe mais oprimido, as mulheres trabalhadoras, a iniciar uma greve que culminou na queda do Czar e na ascensão de um governo provisório. É importante destacar aqui que tal movimento foi liderado pelas mulheres trabalhadoras, que se rebelaram contra as condições de trabalho, os baixos salários e o envolvimento

da Rússia numa guerra que arrasava o país, sacrificando os soldados, trabalhadores, e suas famílias.

O próprio 8 de março influenciou decididamente a Revolução Russa, pois a partir da greve de operárias têxteis de Petrogrado deu-se início ao processo revolucionário – a data foi referendada na Conferência de Mulheres Comunistas no Congresso da Internacional Comunista realizado em Moscou em 1921 (Buonicore, 2017).

Nesse contexto, ainda no governo provisório, Kerenski, sob pressão das massas, promulgou o direito ao voto feminino (o primeiro grande país europeu a instituir tal direito). Contudo, para Engels, o fundamental era a participação direta das mulheres no mundo produtivo social, para além da participação política. Em seus termos:

a emancipação da mulher e sua equiparação ao homem são e continuarão sendo impossíveis, enquanto ela permanecer excluída do trabalho produtivo social e confinada ao trabalho doméstico, que é um trabalho privado. A emancipação da mulher só se torna possível quando ela pode participar em grande escala, em escala social, da produção, e quando o trabalho doméstico lhe toma apenas um tempo insignificante (Engels, 1981, p. 182).

Com base nesta análise, uma das primeiras iniciativas dos bolcheviques foi preservar e maximizar o trabalho das mulheres na produção, instituindo o trabalho social obrigatório para homens e mulheres. Estabeleceram ainda a jornada de trabalho de 8 horas para as mulheres, proibindo o serviço noturno e nas minas. Na sequência, aprovaram subsídios à maternidade, como a licença remunerada (8 semanas antes e 8 semanas depois do parto) e instituíram, ainda, a igualdade salarial entre os sexos: salário igual para trabalho igual entre homens e mulheres. Nos demais países envolvidos na guerra, o retorno dos homens causou demissão em massa de mulheres empregadas nas indústrias. Na Rússia, medidas legais foram tomadas para que isso não ocorresse. Em 1924 uma nova legislação proibiu a demissão de mães solteiras ou separadas. Naquele mesmo ano criaram-se incentivos especiais e foram contratadas 217 mil novas operárias.

Outro salto para alcançar a igualdade entre homens e mulheres foi a incorporação da mulher nos espaços públicos e a igualdade de direitos políticos – além do direito de eleger e serem eleitas, tiveram oportunidade de ocupar postos nos Comitês de fábricas, nas instituições e nos comissariados do povo (Barquero, 2017).

Alexandra Kollontai foi a primeira ministra da história, ocupando o cargo de Comissária do Povo de Assistência Pública, sofrendo reação da burguesia e da direita socialista, pois, até então, o cargo era de controle do clero e de filantropos burgueses.

Para que pudessem cumprir novas e maiores responsabilidades, as mulheres foram integradas massivamente nos cursos técnicos e superiores. Em 1928 o número de mulheres nestes cursos era de 83.137 mil e em 1933 já havia subido para 548.832 mil (Sullerot, 1970 *apud*: Buonicore, 2007). Uma verdadeira revolução educacional feminina – a maior já vista na história até então.

E para garantir esta inserção na vida política e produtiva, foi preciso todo um aparato econômico e social que possibilitasse a libertação da mulher dos trabalhos domésticos – assim, a transformação da mulher foi acompanhada de transformações importantes na configuração e na organização das famílias. Esta preocupação já era sinalizada por Lenin: “A verdadeira emancipação da mulher, o verdadeiro comunismo, só começam no momento em que se desencadeia a luta das massas (dirigida pelo proletariado, dono do poder) contra essa pequena economia doméstica, através da sua recomposição massiva numa grande economia socialista” (*apud*: Barradas, 2017, s/ p.)

A família tradicional era questionada, embora ainda não estivesse claro que tipo de instituição a substituiria.

Sonhava-se com uma nova família soviética, baseada não nas estreitas relações econômicas da unidade familiar nuclear, mas na união voluntária monogâmica, não invariável e rígida, que não estaria sujeita a constrangimentos materiais e que admitia como inevitável a possibilidade de mudança. “A monogamia sucessiva será a forma fundamental do casamento”, ousava afirmar Alexandra Kollontai em 1918 (Barradas, 2017, s/ p.).

É neste sentido que, para garantir as condições materiais dessa “nova família soviética”, o Estado tomou para si necessidades que, tradicionalmente, eram realizadas pela família: construíram-se creches, escolas, refeitórios, lavandarias, lares, comunas de jovens, casas comunitárias, etc. (Barradas, 2017).

Falar, então, da questão da mulher na URSS sempre nos remete a outro tema, igualmente carregado de imbricações econômicas, políticas, culturais e ideológicas que perpassam sua configuração: a família. É notório como é impossível falar da mulher na Revolução Russa sem situar também as mudanças que ocorrem na família, podendo indicar como, ao contrário da figura masculina, na mulher é inculcada a responsabilidade pelos cuidados da prole – não há como efetuar mudanças em um sem efetuar também em outra. Assim, para entendermos a intensidade das mudanças que perpassaram a vida das mulheres na URSS, situaremos quatro iniciativas que, partindo do âmbito legal, vão introduzir mudanças substantivas no cotidiano das mulheres: o 1º Código soviético da família, promulgado em dezembro de 1917; o 2º Código da família, de 1926; 3º Código da família, de 1936, e o 4º Código da família, de 1944. Estes expressam

compreensões distintas da família e do papel da mulher na construção da nova sociedade, evidenciando perspectivas políticas e teórico-práticas bastante distintas.

O *Primeiro Código soviético da família*, de 1917, expressou as influências de perspectivas progressistas da instituição família, revendo o papel da mulher nesse espaço, talvez por influência das ideias de Alexandra Kollontai, Nadiejda Krupskaja, Clara Zetkin, ou mesmo de Lenin e Trotsky. O 1º Código retirava do marido o estatuto de chefe da família e reconhecia à mulher o direito a escolhas econômica, social e sexual sobre sua vida. Foi uma tentativa de questionar a família tradicional burguesa e o poder patriarcal. O divórcio deixou de ser um tabu e a dissolução do matrimônio pôde ser solicitada por qualquer um dos cônjuges. Foi reconhecido o casamento civil e não apenas religioso e a ilegitimidade dos filhos foi abolida. Segundo Barradas (2017), foram abolidas disposições penais contra a homossexualidade, o incesto e o adultério.

A concepção de maternidade também passou por transformações substantivas, instituindo-se subsídios financeiros às mães, além de uma rede de organismos de proteção à maternidade e de educação social, assistência pré-natal, centros de aleitamento, creches, jardins de infância, lares infantis, colônias de trabalho, casa de maternidade para mulheres sóas, etc.

Ademais, foi possível perceber aqui a influência e a participação de Nadiejda Konstantínovna Krupskaja na formulação política do início do governo soviético:

é preciso que o governo não só proteja a maternidade e os recém-nascidos, não só cuide da mulher durante a gravidez, o parto e o puerpério, mas crie dezenas de milhares de creches, jardins de infância, colônias e alojamentos infantis, em que as crianças possam receber cuidados e alimentação, possam viver, desenvolver-se, estudar em condições dez vezes melhores do que as que a mãe carinhosa poderia lhes proporcionar com seu esforço individual. Isso aliviaria drasticamente a situação da mulher e a colocaria, de fato, em condições de igualdade com o homem (Krupskaja *apud*: Schneider, 2017, p. 95).

Com efeito, experimentou-se que a maternidade perdesse a dimensão individual e privada e fosse compreendida sob outro aspecto, coletivo, da necessidade social de reprodução da humanidade – e da força de trabalho: “A maternidade deixou de ser um assunto privado, para passar a ser um dever social. Começava a cair por terra o mito da mamã individualista, transbordante de amor pelo seu filho. Os hábitos coletivos inculcavam-se desde o berço e começava-se a modelar um novo tipo de cidadão.” (Barradas, 2017, s/ p.).

Neste sentido, ainda em 1917, criou-se o Instituto de proteção da maternidade e da infância. Dando continuidade às iniciativas emancipatórias para as

mulheres, em 31 de maio de 1918, instituiu-se a educação mista nas escolas, indicando uma nova concepção de educação, em igualdade de condições para homens e mulheres. Em 1918 tem início a economia coletiva para substituir o trabalho doméstico, com a criação de cantinas municipais que garantiriam a alimentação coletiva e a “separação entre a cozinha e o casamento” – mas também eram um fruto do racionamento alimentar.

No ano seguinte foi criado o “Departamento das Mulheres Trabalhadoras e Camponesas”, o *Zhenotdel* ou “seção das mulheres”. Este surgiu a partir do Comitê Central das Mulheres, criado no I Congresso Nacional de Mulheres Trabalhadoras e camponesas em 1918, e objetivava “alcançar a emancipação feminina – o que significava, para tal departamento, que a antiga mulher (supersticiosa, religiosa, submissa, despolitizada, analfabeta, não comunista) virasse uma Nova Mulher, nos termos caracterizados por Kollontai” (Senna, 2017, p. 104).

Esta tentativa de emancipação da mulher das tarefas domésticas foi seguida também pela liberdade de escolha da mulher sobre a maternidade: em 20 de novembro de 1920 foi legalizado o aborto, que deveria ser assistido, custeado e executado pelo Estado e realizado por simples desejo da mulher. Kollontai expressava a compreensão que o partido (ou parte considerável dele, que conseguiu dar um direcionamento hegemônico às ações voltadas para a emancipação da mulher) tinha a respeito do aborto:

a República dos trabalhadores reconheceu que o aborto não era um delito. Essa lei foi promulgada por iniciativa e com a fervorosa participação da seção das mulheres [...]. Reconhecemos que a URSS sofre não de um excesso de força de trabalho, mas, ao contrário, carece dela [...]. Como então se pode decretar que o aborto não é condenável? [...] O aborto é um fenômeno ligado ao problema da maternidade, resulta da situação precária das mulheres [...]. O aborto existe e floresce em todos os países, e nem leis nem medidas de repressão puderam extirpá-lo [...]. Mas a ajuda clandestina às mulheres grávidas só serve para mutilá-las [...]. Um aborto feito nas condições de uma intervenção cirúrgica normal é muito menos prejudicial, muito menos perigoso (Kollontai *apud*: Buonicore, 2007, p. 8).

Em 1924, como forma de garantir a autonomia da mulher na escolha do seu nome, foi suprimida, por decreto, a obrigação dos cônjuges escolherem um nome comum. A igualdade legal de direitos para homens e mulheres foi conquistada nesse período, assim como a punição para quem descumprisse esta determinação.

Gradativamente, o Estado foi assumindo, coletivamente, funções que eram historicamente atribuídas à “família”, isto é, à mulher, o que refletia na dinâmica

da vida cotidiana de muitos – as condições de habitação alteraram-se substancialmente pela organização de lares comunitários: cozinha comum, lavanderia central, empregadas de limpeza profissionais, luz e combustível assegurados e, até em alguns casos, creche e jardim de infância.

A família de tipo capitalista começava a desagregar-se com a atrofia gradual da economia individual fechada, deixava de ser unidade consumidora, e a mulher libertava-se das tarefas domésticas improdutivas. Começava a cair por terra o mito da fada do lar, da mulher absorvida pelos trabalhos repetitivos e esgotantes da casa (Barradas, 2017, s/ p.).

Vem-nos, então, o questionamento: estas foram transformações radicais na vida de todas as mulheres da URSS?

Senna (2017), Silva (2016), Barradas (2017) e Buonicore (2007) indicam que não – tanto pela dimensão territorial da URSS, que dificultava a rápida disseminação das ideias e determinações revolucionárias, quanto pela força da ideologia patriarcal e reacionária, que gerava resistência. Os assassinatos de mulheres persistiram, especialmente no meio rural, e a liberdade de seus perpetradores foi plenamente aceita – ainda que, segundo Buonicore (2017), o Estado soviético passasse a punir duramente tais atos. Esta resistência só reafirma que as transformações materiais e legais são insuficientes se não acompanhadas por transformações ideoculturais radicais, que questionem não apenas o capitalismo, mas também o patriarcado, como uma relação social de subordinação das mulheres (Cisne, 2014). Mas quando tratamos de construções culturais, ideológicas e políticas, ainda mais as que questionam o patriarcado, deparamo-nos com um terreno de disputa e de resistência, em especial dos homens, que colocam obstáculos para não perder seus privilégios, mesmo no campo da esquerda, ou seja, dos que defendem a emancipação humana.

Soma-se a isso uma contradição histórica: as mesmas pessoas que tentavam construir a igualdade entre mulheres eram os “herdeiros de séculos de discursos e práticas que propunham a superioridade masculina, a violência contra a mulher, o reforço do homem como pai de família, a anulação da mulher como ser humano e o ambiente político negado às cidadãs femininas”. A resistência à mudança, percebida nas relações cotidianas, expressava-se individual e coletivamente: “O paternalismo religioso, legislativo e social, propagava-se cotidianamente em sua face política, também nos movimentos libertários russos, nos quais podemos incluir, sem temer, o posterior Partido Comunista” (Senna, 2017, p. 106).

Houve também uma dificuldade das mulheres, condicionadas por séculos de opressão, de assumir seus direitos. Resgatamos que o patriarcado configura-se

como uma relação social e superestrutural (Cisne, 2014), uma vez que o poder hegemônico do patriarcado nas relações sociais vigentes leva as mulheres a incorporar e reproduzirem práticas de opressão sobre elas mesmas, seja entre si ou na educação de seus filhos e filhas. Ou seja, trata-se de um imenso desafio pensar que a “nova mulher”, ambicionada pelo partido, tinha a vida permeada pelas velhas ideologias.

A própria direção do partido, que, nesse momento, propunha-se a estabelecer relações de igualdade entre homens e mulheres, não conseguiu romper com os papéis sociais de sexo construídos pelo sistema capitalista e patriarcal. Alguns dos fatos que nos levam a chegar a esta conclusão é que a única mulher ministra a ocupar um cargo (Alexandra Kollontai) o fez num espaço de decisão vinculado à assistência aos pobres, ligado à filantropia e à benesse. Historicamente, as mulheres são associadas a este papel: da sensibilidade, da benesse, da ajuda e do cuidado. Este fato já nos dá uma primeira pista de que, mesmo com avanços significativos, permaneceram algumas contradições quanto ao lugar que a mulher deveria ocupar no processo revolucionário vivenciado na Rússia.

O mesmo se dá com as tentativas de retirar da família (logo, da mulher, que historicamente é a responsável) as responsabilidades pelas tarefas domésticas – é uma tentativa inconclusa, uma vez que nas instituições-modelo, restaurantes e creches, foram as mulheres as responsáveis pela organização e administração dos mesmos. “Os trabalhos de limpar, cuidar, educar e cozinhar continuavam sendo executados pelas mulheres, só que, agora, de forma coletiva e assalariada” (Silva, 2016, p. 663).

A autora vai apontar outros limites que as concepções dos bolcheviques apresentaram, como, por exemplo, o dever social com a maternidade. O aborto, apesar de ser legalizado, foi visto por Kollontai, “como um recurso das mulheres diante de uma situação econômica difícil, no entanto, o direito de a mulher decidir, por motivos diversos, querer ou não ser mãe, não aparece, chegando a ser considerada uma atitude da classe burguesa” (*ibidem*, p. 664). Não foi discutido e explicitado o direito da mulher sobre o seu corpo e suas escolhas, não se rompeu com a visão da mulher como mãe (fundamental na cultura patriarcal), o que pode contribuir para levar a questionamentos futuros sobre o lugar da mulher quando um governo conservador chega ao poder.

As discussões sobre a “nova moral”, no que envolvia principalmente a sexualidade, eram questionadas e as ideias de Kollontai e Armand foram criticadas dentro do partido e consideradas discussões “menores” pelo próprio Lenin. Prova disso é que a homossexualidade, apesar de ser descriminalizada, não desencadeou debates que questionassem o conservadorismo presente na heterossexualidade compulsória, premissa básica da sociedade de classes para manter o sistema familiar, e a reprodução das relações de exploração e da opressão sobre as mulheres. A heterossexualidade não se refere apenas a práticas sexuais, como

explica Falquet (2008), mas a uma instituição social que tem utilidade para a naturalização dos sexos, das “raças” e das classes, como também na organização da aliança, filiação e herança (próprias do capitalismo).

Com a morte de Lenin, Stálin o sucede em 1924 na chefia do Estado, dando início às reformas que propunham o fortalecimento da URSS, através da industrialização com vistas a “edificar o socialismo”. Este pode ser considerado um marco para a retomada de concepções conservadoras e moralistas sobre o papel da mulher e da família.

Somam-se a estas dimensões de orientação política, cultural, teórica e prática, as condições materiais de escassez de alimentos e de recursos, assim como a desordem provocada pela Revolução e pelas Guerras, que vão impor a necessidade de força de trabalho no país e o corte de recursos com gastos em equipamentos sociais de tipo coletivo. Esta necessidade, aliada ao avanço de ideologias conservadoras no que diz respeito ao papel da mulher, fez com que fosse retomada a priorização da “família tradicional” e se fortalecesse o papel da mulher como mãe.

Silva complementa que o fato dos bolcheviques deixarem a desconstrução da opressão da mulher incompleta, ao não questionarem radicalmente as relações sociais de sexo,

tornou mais fácil que no stalinismo a família patriarcal e a opressão das mulheres fossem reativados como forma de garantir a rápida industrialização, o crescimento e disciplinamento da força de trabalho e o redirecionamento dos investimentos dos serviços de socialização do trabalho doméstico para a indústria, além de estimular a submissão política através do reforço da família patriarcal marcada pela autoridade do homem sobre os demais membros (*ibidem*, p. 668).

É diante deste cenário de escassez econômica, mas também de disputa político-ideológica sobre os rumos da Revolução e do papel da mulher, que, em 1926, foi instituído o 2º *Código da família*. Este representou o início da perda de direitos conquistados pela mulher no caminho de sua emancipação. A título de exemplo, o direito ao divórcio, que foi uma grande conquista ao desobrigar a mulher a permanecer obrigatoriamente com o marido, somente seria concedido em casos considerados graves e após a decisão de um juiz.

Na sequência, em 1930, o *Zhenotdel* foi extinto por uma determinação partidária, tomada de cima para baixo, “apesar de existir há onze anos por meio de estruturas democráticas, como assembleias e congressos”. Esta não foi uma decisão neutra – ao afirmar que “A questão da mulher foi resolvida”, Stálin decretou “não apenas o fim do departamento das mulheres, mas, também, o silenciamento de qualquer movimento, estudo, discurso, debate, decisão ou política em favor

das mulheres, enquanto indivíduos pertencentes a esse gênero” (Senna, 2016, p. 262), até, pelo menos, o final de seu governo.

As medidas que se seguiram nessa área, agora sob uma direção masculina, reduziram a emancipação da mulher à sua integração nas tarefas produtivas. Assim, as mulheres permaneceram responsáveis pelo trabalho doméstico, reproduzindo a histórica dupla jornada de trabalho, a submissão e a garantia da força de trabalho pelo estímulo à maternidade.

A submissão foi marcada pelo retrocesso na legislação relativa ao divórcio, pois, desde a década de 1930, o divórcio passou a ser pago e, em caso de reincidência, ele aumentava de valor. A partir de então, o casal que quisesse se separar deveria pensar duas vezes, pois teria de arcar com o ônus financeiro. Em 1932 o Congresso de Kiev condenou o aborto e impôs a maternidade. Em 1934 houve um retorno da penalização da homossexualidade: pela primeira vez desde 1917, a homossexualidade foi criminalizada. Em 1936, uma nova lei sobre a proteção da mãe e da criança proibiu a realização do aborto e passou a se exercer forte repressão sobre aquelas que abortassem. “A nova lei estipulava que a mãe receberia uma reprimenda pública e pagaria uma multa. O médico que o realizasse cumpriria uma pena que variaria de 2 a 3 anos de prisão.” (Buonicore, 2007, p. 13).

Stálin, na sua posição de liderança, reafirmou a negação da mulher sobre o direito de decidir sobre o seu corpo e difundiu a maternidade como uma dádiva, reafirmando o papel da mulher similar ao da família tradicional burguesa: “O aborto que destrói a vida é inadmissível em nosso país. A mulher soviética tem os mesmos direitos que o homem, porém isso não a exime do grande e nobre dever que a natureza lhe há designado: ser mãe da vida.” (*idem ibidem*).

Reforçando esta perspectiva do Estado, em 1936, o 3º Código da família reafirmou o papel e a responsabilidade da mulher de ser mãe. Uma vez que proibiu o aborto em caso de primeira gravidez e concedeu prêmios a mulheres que tivessem seis ou mais filhos (Barradas, 2017).

Destarte, foram relatados retrocessos também na educação de homens e mulheres, que paulatinamente foi perdendo seu papel emancipador e retomando sua responsabilidade em incentivar o patriarcado e a construção de papéis sexuais: em 1940, apenas o ensino básico era gratuito, transferindo para as famílias parte do ônus financeiro pelos estudos (e reduzindo o acesso a ele), e em 1943 foi abolido o decreto de educação mista no ensino secundário.

Estas medidas foram justificadas pelos dirigentes soviéticos, conforme transcrito:

A medida foi tomada para que a escola pudesse adaptar-se, tanto quanto necessário, às características especiais dos rapazes e das raparigas. O Estado soviético, hoje, confronta-se com problemas importantes e, em primeiro lugar, o fortalecimento da primeira célula

social, a família, na base da completa igualdade dos dois chefes de família, o pai e a mãe. Mas com uma divisão bem clara das tarefas de cada um. É preciso, por consequência, um regime escolar que eduque os jovens para serem futuros pais e corajosos combatentes pela pátria, e as raparigas para serem mães conscientes, educadoras de uma geração nova. [...] Na educação mista, nem as particularidades físicas dos rapazes e das raparigas, nem o desenvolvimento das suas vocações específicas podem receber uma atenção particular. É preciso introduzir nas escolas de raparigas temas suplementares como a pedagogia, os trabalhos de costura, os cursos de trabalho doméstico. [...] O humanismo socialista deve ter em conta a sensibilidade da mulher. É preciso alimentar o seu gosto pelas coisas belas. Pelas flores, pelos vestidos elegantes, pelos ornamentos (Broyelle *apud*: Barradas, 2017, s/ p.).

Nesta afirmação é nítida a perspectiva de que há uma desigualdade “natural” entre os sexos, retirando a perspectiva de construção histórica das relações familiares, e de que homens e mulheres têm tarefas bem delimitadas na sociedade. Afirmar o contrário e lutar por igualdade entre homens e mulheres é “perda de tempo”, uma vez que o Estado soviético tinha preocupações mais importantes. Reafirma ainda a responsabilidade da mulher pelo trabalho doméstico e sua inclinação por futilidades – já indicando que seu lugar não é na cena pública e política. O que se pretendeu nesse momento não foi a construção de uma “nova mulher”, mas reafirmar as características da mulher da família burguesa patriarcal.

Estas características são ainda mais exacerbadas no 4º *Código da família*, promulgado em 1944, como podemos conferir a seguir:

visando a “estabilizar” e “fortalecer” a família soviética que um decreto de 1944 estabeleceu que “somente os casamentos legais assegurariam direitos e deveres para o marido e para a mulher. As pessoas vivendo maritalmente deveriam legalizar a sua união”. Assim, somente os casamentos registrados e os filhos assim concebidos passariam a ser reconhecidos pelo Estado. Voltava-se, por via indireta, à antiga distinção jurídica entre filhos legítimos e naturais (Buonicore, 2007, pp. 13-14).

Os filhos tidos fora do casamento eram considerados ilegítimos, responsabilizando-se apenas a mulher pela gravidez. Mas, ainda na perspectiva de reduzir a mulher ao papel de mãe e incentivar a procriação, as mães solteiras recebiam pensões do Estado, proporcionais ao número de filhos. Ao final da Segunda Guerra Mundial, o Estado soviético ainda criaria condecorações para as mulheres que tivessem mais filhos: a de “Glória maternal” para aquelas que tivessem entre sete e nove filhos e a de “Mãe heroica” para aquelas com dez ou mais filhos (Barradas, 2017). A mesma autora aponta que o aborto legal foi abolido (e só viria a ser res-

tabelecido em 1954) e fora instituída uma pena de dois anos de prisão a quem ajudasse uma mulher a abortar, soterrando os ideais de liberdade e emancipação da mulher propagados no início da Revolução e reafirmando o moralismo.

O modelo feminino soviético que nos ficou dessa época é o da mulher produtora, heroica e dedicada à causa social, mas assumindo integralmente também a sua escravidão secular, como reprodutora da força de trabalho e da espécie humana. Não tinham sido estas as expectativas dos revolucionários de Outubro, nem dos operários, soldados e camponeses – homens e mulheres – que se tinham lançado à construção duma “nova ordem” (*ibidem*, s/ p.).

A mulher reduzida à maternidade e à força de trabalho não divergiu muito do que se esperava dela no capitalismo. Não obstante, esta é uma realidade presente ainda nos nossos dias, passados 100 anos da Revolução Russa: mulheres reduzidas ao seu papel de mãe, força de trabalho mais fácil de ser precarizada e explorada, e objeto sexual.

Em síntese, o protagonismo feminino foi sendo silenciado ao longo da Revolução Russa, o que se refletiu na vida pública e nas políticas voltadas para as mulheres. Nesse sentido:

[...] foi visível a redução do papel das mulheres no núcleo duro do poder de Estado e no Partido Comunista. A URSS não produziu mais nomes expressivos como Krupskaja, Alexandra Kollontai ou Inessa Armand. A explosão da participação política das mulheres, iniciada com a Revolução Russa, não foi concluída e refluíu. Os comitês femininos que jogaram um grande papel pós-revolução perderam força e desapareceram. O feminismo, inclusive na sua vertente socialista, passou a ser considerado um desvio pequeno-burguês (Buonicore, 2007, p. 15).

Em outros termos, construir uma “nova mulher”, sem as amarras da exploração de classe e das opressões das relações sociais de sexo, acabou por se mostrar um projeto irrealizado, cheio de impasses e regressões, ainda que as experiências iniciais componham um acúmulo histórico inescapável, tendo em vista que muitas das pautas feministas do século XXI chegaram a ser políticas públicas no início da Revolução Russa.

Desafios contemporâneos

A Revolução Russa demonstrou a capacidade política e organizativa da classe trabalhadora, bem como a possibilidade de participação da mulher na

vida política, principalmente nos primeiros anos. Esta experiência nos deixou legados importantes, embora ainda muito desconhecidos pela maioria das mulheres e dos movimentos feministas. Ficou visível a possibilidade de ampliar a igualdade entre homens e mulheres, em especial quando questionamos a divisão do trabalho doméstico, a autonomia financeira da mulher e a possibilidade de escolha desta sobre seu corpo e sua sexualidade. Os direitos são fruto de luta e embates político e ideológico, e sua conquista não garante sua permanência – podendo sofrer retrocessos, como ocorreu num curto espaço de tempo com os direitos das mulheres na antiga URSS.

Uma questão que perpassa os questionamentos dos movimentos feministas na atualidade e que já era pautado naquele momento: a inserção na esfera produtiva é suficiente para a emancipação da mulher? Ainda, transformar as bases materiais da sociedade, socializando os meios de produção, colocando fim à exploração, trará também o fim das relações sexuais de opressão? Em síntese, a conquista do socialismo é uma das condições para a emancipação da mulher, mas a experiência soviética nos mostra que ela não é ainda suficiente. Há uma dimensão ideológica e cultural que, apesar de se erguer a partir da organização econômica, toma forças que ultrapassam esta dimensão, fazendo com que a opressão se espraie, atingindo dimensões objetivas e subjetivas da vida social.

Para superar a dimensão ideológica, cultural e subjetiva que o patriarcado reproduz há centenas de anos, será necessário um tempo bem maior do que aquele que os bolcheviques tiveram para desconstruir este aparato. O cenário da Rússia, assolado pela pobreza, pela escassez e pela fome, somado à extensão territorial e à dificuldade de alcançar as mulheres dos campos, dificultou o processo de difusão das mudanças que se propunham para a construção da “nova mulher”.

As diferenças de concepção, talvez perpassadas pelo moralismo e o conservadorismo, ou mesmo pela dificuldade de amadurecimento teórico e político sobre conceitos e categorias históricas como os de “mulher”, “família”, “sexualidade”, “papéis sociais de sexo” dentro do próprio partido fizeram com que a raiz da opressão da mulher, isto é, o patriarcado, não fosse efetivamente questionada e destruída.

Mesmo com todos os limites, é necessário, sem dúvidas, retomar os caminhos da Revolução Russa para emancipação da mulher. Esta, entretanto, só será construída se liderada pelas próprias mulheres. Na URSS, as mulheres nunca conseguiram liderar o próprio partido e, apesar de em alguns momentos terem dado o tom das políticas voltadas para as mulheres, a participação ficou restrita a estes espaços. A importância do *Zhenotdel* é inquestionável, e justifica-se, dentre várias razões, pelo fato de ser necessário um espaço onde as mulheres pudessem construir, de forma autônoma, suas próprias decisões políticas. Esta ainda hoje é uma bandeira de luta dos movimentos de mulheres: incorporar a pauta das mulheres nas políticas públicas, bem como aumentar o número de

mulheres ocupando cargos públicos. No âmbito político, as mulheres ainda são minoria – pouco mais de 10% dos deputados federais no Brasil são mulheres². Ocupamos o 154º lugar entre 193 países no ranking de representação feminina em parlamentos, fazendo com que pautas destinadas às mulheres sejam redigidas e aprovadas por uma maioria de homens pertencentes à bancada conservadora³, dificultando, assim, a discussão e aprovação de temas caros às mulheres.

A emancipação das mulheres, entretanto, é uma tarefa da classe trabalhadora como um todo, e não apenas das mulheres. Um grande desafio é incorporar a pauta dos movimentos feministas na luta mais ampla dos trabalhadores, uma vez que, assim como observamos na URSS, para os homens, abrir mão dos privilégios é um desafio.

A pulverização dos movimentos sociais em geral, e o de mulheres em particular, só faz enfraquecer nosso poder de construção coletiva de alternativas que enfrentem as mais diversas situações de violência a que estamos submetidas. Construir um movimento feminista que consiga, junto com outros movimentos sociais, projetar e construir uma nova sociedade, mas que incorpore mulheres e pautas das mulheres em sua formulação, é tarefa urgente. Entretanto, nossas pautas não podem se resumir à ampliação de direitos.

Para construir a efetiva libertação da mulher e sua emancipação, é necessário eliminar as bases materiais da opressão: a sociedade de classes. E juntamente com esta luta, combater o patriarcado e construir novas relações entre homens e mulheres, radicalmente igualitárias e democráticas.

A experiência russa foi fundamental para aprofundar o diálogo entre feminismo e marxismo, por evidenciar a força do patriarcado, a imbricação entre produção e reprodução social. Ficamos agora com a tarefa de aprofundar estas análises, sobretudo resgatando as formulações das próprias mulheres revolucionárias, não subjugando a força de opressão para perpetuar a exploração. Só com esta compreensão da totalidade da vida social, com o que ela carrega de contradição e de criação, conseguiremos questionar e destruir os alicerces do patriarcado, na construção da emancipação humana.

Destaca-se que, nesse processo, é fundamental buscar perceber todas as relações de opressão que atravessam a luta de classes e que lhe dão materialidade, distanciando-nos de perspectivas sectárias, racistas, machistas que ainda persis-

² Ver “5 dados sobre a participação das mulheres na política brasileira”. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/participacao-das-mulheres-na-politica-brasileira/>>. Acesso em: 24/06/2017.

³ A Bancada Conservadora, composta por Religiosos, Militares, Ruralistas ligados ao agronegócio entre outros segmentos de políticos da extrema direita, compreende a maioria no Congresso Nacional. Estima-se que este seja o congresso mais conservador desde 1964, o que influencia diretamente em decisões progressistas como a descriminalização do aborto e coloca em pauta projetos absurdos como o Estatuto da família e a PL 5069/2013. <<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap,1572528>>. Acesso em: 25/06/2016.

tem no campo da esquerda. No sentido oposto, devemos buscar o desafio da unidade que nos impõe uma emancipação para todos e todas indistintamente, rompendo com lutas parciais que anseiam direitos para grupos ou segmentos sociais, perdendo o foco da necessidade de mudanças econômicas substantivas, acompanhadas de mudanças de cunho cultural e ideológico.

Por fim, em oposição à barbárie que expressa nossa exploração e opressão, apropriando-se de desigualdades históricas, devemos buscar unidade enfrentando os desafios de uma estrutura social que se nutre pela divisão das lutas das classes sociais. Nesse sentido, resgatamos uma mensagem de Žižek que nos convoca e nos mantém em alerta:

Soyons realistes, demandons l'impossible [sejamos realistas, peçamos o impossível]. A verdadeira utopia hoje é a de que seremos capazes de resolver nossos problemas com transformações modestas no sistema existente. A única opção realista é fazer o que parece impossível nesse sistema (Žižek, 2011, p. 61).

Referências bibliográficas

- BARQUERO, J. *A participação política das mulheres na Rússia soviética*. Disponível em: <<http://litci.org/pt/opressao/mulheres/a-participacao-politica-das-mulheres-na-russia-sovietica/>>. Acesso em 15/03/2017.
- BARRADAS, A. *A família na União Soviética*. Crise e reconstituição 1917/1944. Disponível em: <<http://cemflores.blogspot.com.br/2017/03/a-familia-na-uniao-sovietica-crise-e.html>>. Acesso em 02/03/2017.
- BUONICORE, A. C. "As mulheres e a luta socialista." In: MACIEL *et alii* (orgs.). *Revolução Russa: processos, personagens e influências*. Goiás: CEPEC, 2007. Disponível em <http://www.nupemarx.ufpr.br/Trabalhos/Externos/BUONICORE_Augusto_-_As_mulheres_e_a_luta_socialista.pdf>. Acesso em: 02/03/2017.
- _____. *Engelse as origens da opressão da mulher*. (publicado em 22/07/2015). Disponível em <<http://www.grabois.org.br/portal/especiais/148564/2015-07-22/engels-e-as-origens-da-opressao-da-mulher>>. Acesso em 02/03/2017.
- _____. *8 de março – as mulheres e a Revolução Russa*. (publicado em 07/03/2017). Disponível em <<http://www.grabois.com.br/portal/especiais/153384-44731/2017-03-07/8-de-marco-as-mulheres-e-a-revolucao-russa>>. Acesso em 10/03/2017.
- CISNE, M. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2014.
- ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- FALQUET, J. "Repensar as relações sociais de sexo, classe e raça na globalização neoliberal.", *Mediações*. Londrina, v. 13, n. 1-2, 2008.

- KRUPSKAIA, N. K. “Guerra e maternidade.” *In*: SCHNEIDER, G. (org.) **A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- SCHNEIDER, G. (org.) *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- SENNA, T. C. “Jenotdel, a seção das mulheres do Partido Comunista soviético.” *In*: *X Semana de História Política da UERJ*. Rio de Janeiro, 2015.
- _____. “A questão feminina na Rússia e suas respostas: análise por meio da lei do desenvolvimento desigual e combinado.”, *Marx e Marxismo*. V. 4, n. 7. Jul/dez. 2016. Disponível em: <<http://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/180>>. Acesso em: 16/05/2017.
- _____. “A questão da representação feminina nos cartazes soviéticos – algumas questões.”, *História e Cultura*. Franca, v. 6, n. 1, 2017.
- SILVA, D. J. da. “Avanços e limites na incorporação da luta pela emancipação da mulher na Revolução Russa e governo soviético a partir de seus intelectuais”, *XI Simpósio Nacional Estado e Poder*. NuPEP/ UFF. Outubro de 2016.
- _____. “Encontros e desencontros entre marxismo e feminismo: uma análise da incorporação da luta pela emancipação das mulheres entre os revolucionários russos a partir de Lênin, Kollontai e Trotsky.”, *Revista História e Luta de Classes*. Ano XI. Ed. n. 20. Setembro/ 2015.
- ŽIŽEK, S. “A situação é catastrófica, mas não é grave.”, *Margem Esquerda*. São Paulo: Boitempo, n. 16, jun. 2011.

Recebido em 16 de julho de 2017

Aprovado em 07 de agosto de 2017